

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Vanessa Cadó Stabile

**O ENSINO MÉDIO INOVADOR E AS MODIFICAÇÕES NO PROCESSO
AVALIATIVO**

PORTO ALEGRE
2015

Vanessa Cadó Stabile

**O ENSINO MÉDIO INOVADOR E AS MODIFICAÇÕES NO PROCESSO
AVALIATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora:
Profa. Dra. Regina Maria Duarte Scherer

PORTO ALEGRE
2015

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão trata da análise de ações de um Projeto de Intervenção - PI - que visa reestruturar o Projeto Político Pedagógico no âmbito do processo avaliativo da Escola Estadual Vanessa Cadó. Esta é uma escola de Ensino Médio localizada na cidade de Porto Alegre. Este PI iniciou no final de 2014 estendendo-se ao longo do ano de 2015. Tendo como principal objetivo analisar as modificações propostas pelo Programa do Ensino Médio Inovador – PROEMI – do governo federal, estruturando o redesenho curricular articulando-o com um processo avaliativo coerente com as mudanças propostas. Alguns autores inspiraram as análises, entre eles Veiga (2013), Tripp (2005), Franco (2005), Luckesi (1998, 2000), Saul (2008). A metodologia utilizada como processo de intervenção no espaço escolar foi a pesquisa-ação. Durante as intervenções promoveu-se o diálogo entre os pares do corpo docente, reflexões sobre a necessidade de rever a estrutura curricular, o planejamento e a execução das aulas, bem como o processo avaliativo buscando uma avaliação coerente que promova o verdadeiro processo ensino/aprendizado. Vários são os aspectos que ainda precisam ser avaliados e executados, sabemos que toda mudança deve ser gradual e muito bem articulada. Precisamos continuar avaliando os resultados obtidos e aos poucos fazer os ajustes necessários para atingir o principal objetivo: eficácia e qualidade de ensino.

Palavras-chave: **Avaliação. Gestão democrática. Projeto Político Pedagógico.**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
3	BASE METODOLÓGICA	15
4	AÇÕES ANALISADAS	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	31
	ANEXOS	33
	ANEXO A - PARTE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	34
	ANEXO B - PROJETO DE REDESENHO CURRICULAR	40
	ANEXO C - ATIVIDADE 1º TRIMESTRE CIÊNCIAS DA NATUREZA	42
	ANEXO D - FOTOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS EM SALA DE AULA NA MOSTRA	45
	ANEXO E - FOTOS DA IDA AO MUSEU	50

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso refere-se ao Projeto de Intervenção – PI - realizado na Escola Estadual Vanessa Stabile localizada no Bairro Navegantes em Porto Alegre/RS. A escola Vanessa Stabile foi fundada no ano de 1934. Até o ano de 2011 era uma escola de ensino fundamental e médio. Hoje a escola atende somente o Ensino Médio funcionando nos três turnos. Pela manhã contempla 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, e 2º e 3º ano na modalidade médio Ensino Normal. No período da tarde atende 1º ano do Ensino Médio modalidade médio e normal e 2º e 3º anos do Ensino Médio. No vespertino oferece o Curso de Aproveitamento de Estudos, com as turmas A1, A2, B e C, este curso tem duração de um ano e meio mais meio ano de estágio.

A Escola Estadual Vanessa Stabile tem 866 alunos nos três turnos – 570 no ensino médio, 180 no ensino normal, e 116 no aproveitamento de estudos - e um quadro funcional de 67 professores e 8 funcionários, distribuídos entre merendeira, monitora, secretários, limpeza e manutenção. Do ano de 2013 até hoje a escola vem sofrendo uma renovação no seu quadro docente. Hoje cerca de 20% de seus docentes chegaram à escola no último triênio.

Nossa comunidade escolar é bastante heterogênea. O corpo discente vem de vários bairros próximos à escola e também de alguns locais mais distantes. O Bairro Navegantes não é um bairro residencial, nossos alunos residem em bairros e municípios vizinhos. A maioria dos alunos tem poder aquisitivo baixo, realizam estágio no turno inverso principalmente para compor a renda familiar. A participação dos pais na escola acaba ficando restrita às reuniões de início de ano e em alguns momentos nas entregas de boletins, talvez isso ocorra por ser uma escola de ensino médio, com alunos na faixa etária entre 15 e 18 anos.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Vanessa Stabile teve sua construção renovada em 2012, sendo revisada parcialmente e aprovada pela SEDUC. O processo de construção se deu pelo coletivo da escola incluindo os professores, direção e setores pedagógicos - SSE e SOE - a partir de leituras, reuniões pedagógicas e adequações exigidas pela mantenedora. Esse processo ainda não foi finalizado em função das modificações do regimento pela mantenedora no governo passado, quando a alteração ocorreu de forma unificada para todas as escolas estaduais. Com o novo governo, que assumiu em 2015, foi proposto uma

reorganização do regimento e dado às escolas autonomia para reestruturar o mesmo. Desta forma ao longo do ano passado e deste ano novas reuniões aconteceram e estão acontecendo para a reestruturação e discussão do PPP e regimento. Em uma dessas reuniões no final do ano passado (2014) foi definida a necessidade de discutir o processo avaliativo como um todo, uma vez que o Ensino Médio vem sofrendo modificações.

Desta forma, buscamos alternativas de como e o que fazer para colocar em prática a avaliação emancipatória interdisciplinar por projetos nas áreas de conhecimento, uma vez que a metodologia do ensino médio inovador é interdisciplinar, baseada na pesquisa estruturada e na elaboração de projetos vivenciais tendo o trabalho como princípio educativo.

Mediante as modificações na estruturação da base curricular e na metodologia pensamos em estratégias avaliativas que contemplem a avaliação por áreas de conhecimento de forma interdisciplinar. Com essas modificações metodológicas, no Ensino Médio Politécnico e Ensino Médio Inovador, percebeu-se a necessidade de adequações no Projeto Político-Pedagógico – PPP, principalmente nos itens relacionados às disciplinas, que antes eram trabalhadas de forma isolada e hoje necessitam de maior relação pela formatação em áreas de conhecimento. Desta forma, precisamos uma avaliação coerente com o currículo, que seja efetivamente inter-relacional, interativa, promovendo o aprendizado coletivo e individual baseado na troca e nas relações entre os conhecimentos.

Hoje o ensino médio é baseado em um plano de estudos elaborado coletivamente, concebido como um conjunto articulado de aprendizagens buscando a formação geral nas áreas do conhecimento e da parte diversificada. Devendo ser organizado de forma integrada, contextualizado e interdisciplinar, o processo ensino/aprendizagem deve levar em conta a prática social e a teoria. A prática social e a teoria quando relacionadas, devem contribuir para a transformação da realidade a qual os alunos estão inseridos.

Para que a avaliação seja por áreas de conhecimento, a metodologia deve considerar a interdisciplinaridade, viabilizando temáticas transversais e possibilitando a resolução de problemas; deve possibilitar a construção de novos conhecimentos e a formação de sujeitos pesquisadores promovendo a pesquisa estruturada; precisa ter como princípio educativo o trabalho e propiciar a elaboração de projetos vivenciais.

O trabalho por projetos interdisciplinares promove aprendizagem efetiva uma vez que se dá a partir da relação entre o saber social e o saber escolar. Mediante essas modificações, faz-se necessário pensar a avaliação emancipatória que é um processo contínuo, participativo, diagnóstico e investigativo, cuja finalidade é diagnosticar avanços e entraves para intervir, agir, problematizar e redefinir rumos, como uma consequência da metodologia. Se a metodologia é interdisciplinar por áreas do conhecimento a avaliação é o resultado da aplicabilidade dessa metodologia, e desta forma precisa ser diagnóstica por área. A aprendizagem deve ser a expressão do trabalho coletivo das áreas nos projetos interdisciplinares. Essa necessidade justifica o tema proposto e executado.

Estreitar a relação entre a metodologia proposta pelo Ensino Médio Inovador e a avaliação emancipatória foi o objetivo deste PI. Foi proposto à equipe docente que os componentes curriculares trabalhassem de forma integrada nas áreas de conhecimento, estabelecendo diversos instrumentos que resultassem numa avaliação diretamente vinculada a metodologia de trabalho por projetos interdisciplinares. Tripp (2005) enfatiza que a reflexão deva integrar todo o processo da pesquisa ação, não se constituindo em um momento isolado, sendo assim, realizamos avaliações sobre o processo ensino/aprendizagem em relação aos objetivos atingidos.

O Referencial Teórico utilizado para o estudo e aplicação do Projeto de Intervenção está no capítulo 2 deste TCC e apresenta vários autores que serviram de embasamento para as reflexões, entre eles Veiga (2013), Perrenoud (1999), Luckesi (1998 e 2000), Loch (2000) e Saul (2008). Esses autores abordam temas relevantes para a aplicação do PI como: gestão democrática, participação da comunidade escolar, direitos humanos, Projeto Político Pedagógico, avaliação, etc.

Além destes temas, serviram também de base para a Metodologia percorrida no capítulo 3 do TCC as concepções sobre pesquisa-ação apresentadas por Tripp (2005) e Franco (2005).

Várias ações foram necessárias durante a aplicação do PI. Essas ações são descritas e analisadas no capítulo 4, tendo sido executadas de dezembro de 2014 a julho de 2015. Entre elas, ocorreram reuniões entre equipe diretiva, supervisão, orientação e corpo docente, com pais e com alunos. Além das reuniões foram realizadas exposição de trabalhos da área das Ciências da Natureza.

Finalizo considerando a necessidade de reflexões e mediações em relação ao processo avaliativo mediante as modificações estabelecidas pelo Ensino Médio Inovador e sinalizo com a continuidade do trabalho até o final deste ano. Cabe destacar que é necessário estreitar essa relação entre o processo avaliativo como elo entre o ensino/aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais apresentados neste capítulo constituem a base legal e teórica para as análises posteriormente apresentadas e foram selecionadas a partir de uma concepção de gestão escolar democrática, por esta ser a linha orientadora do Curso.

A gestão democrática não é um princípio norteador novo quando se trata de educação, ele está instituído em forma de lei há muito tempo e hoje se faz necessário mediante as necessidades e modificações pelas quais a educação vem passando. Sendo assim, deve constituir-se num fazer coletivo, estando vinculada aos mecanismos de participação de todos no planejamento das ações, na tomada de decisões, na escolha do uso de recursos, na execução das metas desenvolvidas pelo colegiado e no ato de fazer. Considerando esse conceito de gestão democrática busquei articular esse tema ao processo avaliativo emancipatório articulando o embasamento teórico a temas pertinentes e relevantes ao assunto.

A escola democrática é uma escola participativa, onde o diálogo é o eixo central entre todos os setores da comunidade escolar. Pensar a escola a partir de um processo de gestão democrática implica não somente pedagogicamente e administrativamente, mas, sim, em abertura de espaços para ações que sejam articuladas entre todos os participantes que compõem essa comunidade. De acordo com Veiga (2013) a gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização. Desta forma, é preciso comprometimento, desenvolvimento crítico e formas democráticas nos espaços escolares.

Pensar e agir como gestor democrático implica primeiramente preocupar-se com o processo ensino/aprendizagem priorizando a qualidade, é necessário um olhar atento para diagnosticar e propor soluções frente às causas dos possíveis conflitos gerados nos espaços escolares.

A equipe diretiva como gestora democrática deve ser participativa buscando uma liderança relacional, deve ser perceptiva, sabendo lidar com situações variadas, deve ser participativa, consensual, promovendo e priorizando as necessidades e objetivos comuns. Além disso, é preciso que seja uma equipe inovadora que acompanhe o desenvolvimento tecnológico e tenha uma visão de futuro. Os

gestores devem saber integrar objetivo, ação e resultado, agregando à sua gestão uma comunidade escolar, que procure o bem comum da coletividade. Segundo Martino (2004, p.7) “[...] uma escola renovada, pressupõe uma mudança cultural, envolvendo os dirigentes e seus colaboradores no processo de formação contínua, visando conscientizá-los da necessidade de rever seu papel frente às novas responsabilidades que lhes cabem”. Todos os esforços devem ser canalizados para reorganizar tempos e espaços escolares, criando estratégias e mecanismos de apoio à aprendizagem.

A Escola precisa considerar a diversidade, a universalidade, as inter-relações de direito para trabalhar formando sujeitos cidadãos conscientes dos seus direitos. Esse talvez seja o maior desafio dos gestores nos dias de hoje. Não basta ampliar os anos de obrigatoriedade escolar, é preciso qualificar os espaços. Temos um conjunto normativo e de políticas públicas centradas na proteção e promoção dos direitos humanos, tanto na sociedade como nos espaços escolares, porém sabemos que a efetivação desses direitos precisam ser assegurados para todas as classes sociais, segundo Candau (2012, p.717) “[...] a impunidade, as múltiplas formas de violência, a desigualdade social, a corrupção, a discriminação e a fragilidade da efetivação dos direitos juridicamente afirmados constituem, ainda, uma realidade da vida cotidiana”. Além das normas de convivência internas é necessário assegurar, como gestor escolar, os direitos dentro da escola e ter um Projeto Político Pedagógico – PPP - claro, objetivo e conciso, aulas bem articuladas e planejadas que promovam a formação de sujeitos pensantes.

Uma das formas de se efetivar a Gestão Democrática é por meio de um Projeto Político Pedagógico coerente com os objetivos que envolvem este processo, visto que este documento, como afirma Veiga (2013), expressa a identidade educativa da escola, além de regularizar e orientar as ações pedagógicas.

É a partir das definições apontadas no PPP que cada uma das ações a serem desenvolvidas na escola deve se pautar. Neste sentido, o esperado é que todo o processo de planejamento pedagógico se desenvolva a partir dele. Este documento não pode ficar somente nas mãos da equipe diretiva, é preciso que todos tenham acesso a ele para ter claro seus objetivos, suas metas e promover a aplicabilidade de suas ações. De acordo com Gandin (2007) o Projeto Político Pedagógico:

[...] precisa levar à ação (mas não qualquer ação) e para isso precisa ter qualidade. O PPP é uma tarefa complexa -porém necessária- para aqueles que buscam uma educação voltada para a construção de uma sociedade justa e que respeite as diferenças. (GANDIN, 2007 p. 1).

A construção do PPP deve ser embasada no que a escola tem que fazer, a partir do que é possível realizar com seus alunos, tendo em vista as necessidades destes, da população, da comunidade e da própria sociedade, deve ser construído coletivamente e, colocado em prática no grupo. Segundo Veiga (2013) é importante tomar como ponto de partida para a construção do projeto da escola a prática social e o compromisso de socializar os problemas da escola, da gestão, do currículo e da avaliação.

Considerando a necessidade de dar continuidade a atualização do Projeto Político Pedagógico – PPP - e a realidade da Escola Estadual Vanessa Stabile a partir das discussões realizadas junto ao corpo docente, definimos que o foco do Projeto de Intervenção – PI – seria o processo avaliativo a partir do Redesenho Curricular, que exigiu uma modificação na metodologia.

O currículo a partir de suas modificações foi o propulsor das ações e reflexões sobre as necessidades de uma proposta metodológica interdisciplinar voltada para uma aprendizagem relacional e uma avaliação emancipatória coerente e vinculada ao Projeto de Redesenho Curricular- PRC.

A avaliação é tradicionalmente colocada na escola como um processo classificatório regido por resultados baseados em notas ou conceitos que comparam e hierarquizam o corpo discente. Segundo Perrenoud (1999) a avaliação não é um fim em si. É uma engrenagem no funcionamento didático. Desta maneira deve ser um processo contínuo, participativo, investigativo e diagnóstico. O PPP da nossa escola está sofrendo modificações desde 2012, baseado nas orientações do Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI - e assim promovendo nos espaços escolares a partir do redesenho curricular, a avaliação emancipatória.

Avaliação Emancipatória se caracteriza como um processo numa possibilidade do vir a ser a partir de uma construção individual e coletiva. Esta avaliação tem por finalidade diagnosticar avanços e déficits, para intervir, redefinir rumos, problematizar e promover o desenvolvimento da aprendizagem. A partir de um rigor metodológico se investiga os processos de construção da aprendizagem, se produz registros significativos, sinalizando as necessidades de intervenção ou

avanços na construção do conhecimento. Levando sempre em consideração os direitos humanos e as pré-concepções dos estudantes.

Para Saul (1995 apud LOCH, 2000, p, 3) o compromisso principal dessa avaliação é o de fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional, escrevam a sua história e gerem as suas próprias alternativas de ação. Esse tipo de avaliação permite visualizar cada sujeito em suas peculiaridades no processo de aprendizagem.

As modificações na metodologia surgiram a partir do PROEMI que propõe um planejamento flexível, estabelecendo conteúdos e metodologias diferenciadas com maior tempo disponível para professores e estudantes realizarem suas práticas pedagógicas, foco na diversidade de temáticas de interesse geral e de conteúdos nas áreas de conhecimento e ações interdisciplinares articuladas e foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que são orientadoras das avaliações do ENEM. Além disso, orienta que a escola: apresente ações curriculares em estruturas e formatos diferentes, tais como disciplinas optativas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares e organize as ações a partir dos macrocampos¹ e das áreas de conhecimento.

Ao aderir ao PROEMI, a escola se comprometeu a realizar um Projeto de Redesenho Curricular – PRC onde atendesse, dentre outros, a três pressupostos básicos do programa: organização de um novo currículo dinâmico e flexível e adequado aos sujeitos do ensino médio garantindo o seu direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral; que os estudantes participem do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio; que esse currículo siga as orientações das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio - DCNEM, emanadas pela Resolução nº 2, Conselho Nacional de Educação - CNE, 30 janeiro/2012.

Currículo e processo avaliativo são indissociáveis. Pensar no currículo significa pensar no planejamento e metodologias da prática escolar em várias dimensões, de forma interdisciplinar objetivando o processo ensino-aprendizado. Colocar na prática o currículo organizado por Áreas do Conhecimento, em torno de um eixo integrador (trabalho, ciência, tecnologia e cultura), onde aconteça o diálogo

¹ Campo de ação pedagógico-curricular no qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional.

entre elas, e deixar para trás a organização curricular fragmentada, hierarquizada e descolada da realidade que se realiza há décadas, exigiu um passo corajoso de todos envolvidos no processo.

As ações pedagógico-curriculares integradas e integradoras dos conhecimentos e definidas nessa proposta de Redesenho Curricular pretenderam superar a fragmentação e a hierarquização dos saberes e estabelecer uma relação de cumplicidade entre teoria e prática construída pelas diversas áreas organizadas em tempos e espaços adequados aos sujeitos envolvidos na ação educacional. Os componentes curriculares antes fragmentados e hoje organizados nas áreas do conhecimento promovem maior interesse contribuindo conseqüentemente para a qualificação do aprendizado.

Sem dúvida há um entrelaçamento entre o modo como é desenvolvido o trabalho pedagógico e a avaliação. Ao pretendermos que a avaliação ocorra de forma integrada e em um processo contínuo, temos presente a posição de Saul (1994), quanto a este tema:

[...] a avaliação, como a vejo, pode ser uma “grande janela”, através da qual podemos entrar e alterar as nossas práticas cotidianas, ou seja, o nosso projeto pedagógico. Com isso queremos significar que através da janela da avaliação é possível alterar o que desenvolvemos na sala de aula, a relação com os colegas da escola, prevendo a própria concepção da escola como um todo. É possível, portanto, através da preocupação com a avaliação, trabalhar no sentido de revisão do projeto pedagógico. (SAUL 1994, p.65)

E essa é a verdadeira intenção da reestruturação do PPP no âmbito avaliativo: fazer uma revisão coletiva alterando positivamente a prática escolar com o objetivo de melhorar o processo ensino/aprendizagem.

Avaliar na perspectiva da construção coletiva e individual da aprendizagem buscando continuamente uma consciência crítica, da autocrítica, do autoconhecimento, investindo na autonomia e na emancipação dos sujeitos. Além da avaliação coletiva, individual formativa é preciso que o sujeito se avalie. Neste sentido as colocações de Loch (2000) são esclarecedoras:

[...] ninguém aprende pelo outro, ninguém dá do seu conhecimento a outro, aprende-se por intermédio da ação, da atividade. O conhecimento é construído pelo sujeito e, portanto, a sua avaliação também. Ninguém melhor do que o próprio aluno para dizer o que está aprendendo ou não. (LOCH, 2000, p. 32)

A avaliação escolar da aprendizagem se dá desde sua origem, a partir do desenvolvimento da construção do conhecimento pelo educando/ educador até o processo porque passam os diferentes coletivos da escola e a própria escola. A

escola também se faz e refaz frente aos desafios que se impõem pelos sujeitos que fazem parte dela. Assim, não podemos pensar o processo de avaliação focado apenas no aluno. É preciso que a escola perceba uma dinâmica na qual tanto o trabalho do professor, como o modo de organização do trabalho pedagógico, seja parte deste processo de avaliação. Como Loch (2000) bem nos lembra:

A análise mais aprofundada do percurso de alguns alunos nos permite replanejar, reorientando para atividades mais individualizadas em outros espaços, tempos e atores [...] Nesse movimento são avaliados o desenvolvimento do planejamento, a sua programação, as estratégias ou atividades previstas e a sua reorientação tanto para o coletivo, como para cada sujeito-educador. É o momento da reflexão sobre a nossa prática pedagógica coletiva; da rearticulação dos tempos e espaços distribuídos entre nós no trabalho com os alunos, seja na sala de aula, como em outros espaços, ou com outros parceiros. (LOCH, 2000 p.33)

Pensar nesta perspectiva faz com que tanto a aprendizagem como a ação pedagógica possibilite ao educador redimensionar as trajetórias a serem percorridas desembocando numa prática formativa, e é essa educação numa prática emancipatória e formativa que a escola deve buscar. Luckesi (1998) também defende que a aprendizagem deveria ser o centro de todas as atividades do educador e que a utilização dos resultados de aprendizagem exige que ação docente esteja focada no desenvolvimento do educando. Para isso é preciso criar possibilidades, continuar acreditando e promovendo um efetivo ensino/aprendizagem onde os estudantes se sintam pertencentes a este processo.

3 BASE METODOLÓGICA

Neste capítulo apresento a metodologia que embasou o desenvolvimento do Projeto de Intervenção – PI, cujo resultado é apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. A metodologia escolhida foi a pesquisa-ação, na qual o objetivo não é fazer uma pesquisa-ação puramente acadêmica, tendo o pesquisador como observador, mas visar à transformação da realidade, a partir da reflexão e análise alicerçada em fundamentos teóricos, figurando o pesquisador como um membro ativo do grupo. A abordagem enfatizada é a re-elaboração do Projeto Político-Pedagógico - PPP da escola, com base na participação da comunidade escolar. Essa conceituação é apresentada por Franco (2005) quando a mesma esclarece que esta:

[...] é uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática. (FRANCO, 2005, p. 489)

Para aplicação da Pesquisa-ação o primeiro passo foi decidir qual seria o foco do Projeto de Intervenção. Para isso foi convocada uma reunião Pedagógica e apresentado slides do PPP, destacando como se deu seu processo de construção e seus temas. A partir disso foram analisadas as necessidades de reelaboração levando em conta as modificações, exigidas pelo Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do Governo Federal e Ensino Médio Politécnico, apresentadas pela Secretaria do Estado do RS. De acordo com os programas e estudos feitos percebeu-se a necessidade de modificações referentes à metodologia e ao processo avaliativo para que haja um efetivo desenvolvimento no elo ensino/aprendizagem. É preciso estabelecer as modificações e como ação colocar essas mudanças em prática.

As discussões sobre os diferentes documentos propiciaram uma aproximação dos professores no sentido proposto por Franco (2005) que diz que a voz do sujeito faz parte do processo de investigação, a pesquisa-ação crítica deve transformar o ambiente e suas ações emergem do processo de acordo com as necessidades. Assim, ao refletirem sobre as necessidades na reunião entre equipe diretiva e corpo docente, abriu-se espaço para tratar do redesenho do currículo e, conseqüentemente do redesenho na forma avaliativa. A equipe pedagógica

apresentou os slides com as modificações exigidas pelo programa e ouviu os apontamentos sobre as necessidades para o ano de 2015. Dentre os apontamentos, além da necessidade do redesenho curricular, surgiu estabelecer o planejamento de acordo com os objetos de conhecimento do ENEM, um redesenho na metodologia e na forma avaliativa. Consequentemente sentiu-se a necessidade de partir para um processo de re-elaboração do PPP e a opção foi por iniciar por estes aspectos.

A partir da reunião final de 2014 foi feito um estudo sobre todas essas metas e estabelecidas algumas ações para o ano de 2015. O processo começou com uma reflexão sobre a relação entre o planejamento e a prática de sala de aula a fim de identificar o que precisa ser melhorado. Tripp (2005) argumenta que na pesquisa-ação a reflexão também é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento, e esse ciclo deve terminar com uma reflexão sobre o que sucedeu. Com base nestes conceitos, algumas ações foram planejadas e realizadas no período entre o final de 2014 e julho de 2015. Para a realização das mesmas foi feito um cronograma que envolveu reuniões entre os diversos segmentos com o objetivo de aprofundar os estudos sobre o tema, assim como visitas e mostra de trabalhos realizados durante o período.

Considerando o tempo para a aplicação deste PI, o tema priorizado para os estudos naquele momento foi o do processo avaliativo vinculando-o diretamente com as modificações no currículo e metodologia de ensino. Assim foram organizadas as seguintes ações:

- a) Reunião entre Equipe Diretiva e Corpo Docente.
- b) Reunião com pais.
- c) Reunião com o Corpo Docente.
- d) Exposição de Trabalhos.

Para a realização das ações foi considerado a importância da participação dos diferentes segmentos nas discussões. Desta forma, as ações realizadas envolveram vários segmentos da escola, além das reuniões entre a equipe diretiva e o corpo docente realizou-se reuniões com o segmento dos pais e também dos alunos.

O Projeto de Intervenção pode ser entendido como a efetivação do conceito de pesquisa-ação, visto que o que orienta a escolha das ações é a realidade vivida no âmbito da escola. Estudar e refletir sobre o que acontece e é vivenciado cotidianamente faz parte deste processo. Cabe lembrar o que Tripp (2005)

argumenta quando afirma que a reflexão deva integrar todo o processo da pesquisa-ação, não se constituindo em um momento isolado das outras fases. Os processos de reflexão e debate propiciados durante os estudos dos documentos como o PPP, PROEMI e PRC, concretizaram esta ideia, já que a cada debate, houve o processo de escuta dos argumentos apresentados pelos integrantes do coletivo e com isto as posições puderam ser revistas, o que repercutiu nas práticas que acontecem em diferentes momentos vividos na escola. Como exemplo, podemos citar a mostra de trabalhos ocorrida na escola e que se constituiu em momento de reflexão sobre o processo avaliativo desenvolvido ao longo do PI.

Os avanços no PPP continuarão ocorrendo, principalmente porque o regimento está sofrendo novas alterações. Devemos assegurar que os processos de discussão e reflexão continuem acontecendo com a participação de todos, concretizando desta forma o processo de gestão democrática.

4 AÇÕES ANALISADAS

Nesta seção do TCC serão analisadas as ações desenvolvidas ao longo desse Projeto de Intervenção (PI), considerando que este tenha sido realizado numa proposta de pesquisa-ação em uma gestão democrática que defende o diálogo e o fazer coletivo.

A gestão democrática pressupõe coletividade, planejamento e execução de maneira coletiva em uma proposta de cor-responsabilidade pela melhoria do ensino e conseqüentemente por uma qualidade na aprendizagem e desenvolvimento do corpo discente. Avaliar e discutir os projetos e planos pedagógicos da instituição escolar exige reuniões e reflexões coletivas. Desta forma, mediante as modificações propostas pelo MEC de um redesenho curricular fez-se necessário pensar no Projeto Político Pedagógico – PPP - atualizando-o e modificando-o tanto na metodologia, quanto no currículo e na prática avaliativa. As ações desenvolvidas neste Projeto de Intervenção – PI - têm como principal objetivo articular o redesenho curricular ao processo avaliativo de forma coerente e objetiva.

A avaliação da aprendizagem precisa estar articulada com o projeto de ensino e conseqüentemente com o projeto pedagógico da escola. Só assim avaliar terá sentido e poderá apresentar resultados de aprendizagem significativos. Segundo Luckesi (2000, s.p) “a teoria pedagógica dá o norte da prática educativa e o planejamento do ensino faz a mediação entre a teoria pedagógica e a prática de ensino na aula. Sem eles, a prática da avaliação escolar não tem sustentação”.

O Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI – trouxe em 2012 uma proposta de redesenho curricular a partir de várias condições que deveriam ser observadas. Ao aderir ao PROEMI nossa escola se comprometeu a realizar um Projeto de Redesenho Curricular ²– PRC - que devesse atender (entre outros) a três pressupostos básicos do programa: organização de um novo currículo dinâmico e flexível e adequado aos sujeitos do EM garantindo o seu direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral; que os estudantes participassem do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio; que esse currículo seguisse as orientações das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio - DCNEM, Resolução nº 2, CNE, 30 janeiro/2012. A Resolução nº 2, CNE, 30 janeiro/2012, Art. 13, traz característica da nova proposta

² Anexo B

curricular fundamentada nas “dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixo integrador” contextualizada na sua dimensão histórica e em relação ao contexto social contemporâneo.

A partir das orientações do PROEMI iniciamos discussões sobre o PRC. Começamos com algumas mudanças, como o planejamento e a avaliação por áreas de conhecimento. Ao final de 2014 percebemos a necessidade de ampliar as modificações e articular os conhecimentos dentro das áreas modificando para 2015 os tempos e espaços. Percebemos que para o efetivo aprendizado é preciso que o aluno desenvolva um sentimento de pertencimento, que ele se sinta parte do processo e veja sentido naquilo que aprende. Novos espaços possibilitam maior aprendizado uma vez que criam novas relações entre os saberes. A escola precisa achar meios para “medir” a qualidade do aprendizado, buscando instrumentos variados para proporcionar a compreensão dos conhecimentos previstos, planejando de forma coletiva.

A primeira reunião ocorreu no dia 10 de dezembro de 2014 entre equipe diretiva, orientação, supervisão e corpo docente, essa reunião teve por objetivo elencar situações propostas pelo Projeto Ensino Médio Inovador e Ensino Politécnico. Foi feito um levantamento dos aspectos referentes às modificações necessárias do Ensino Médio Inovador para o ano de 2015 e entre eles percebeu-se a necessidade de trabalhar de forma interdisciplinar nas áreas de conhecimento e de estabelecer o redesenho curricular. As maiores discussões ocorreram em função da dificuldade de adequar a proposta do Ensino Médio Inovador à realidade escolar e estabelecer o redesenho curricular articulando aos procedimentos avaliativos, repensando-os de forma que sejam coerentes com a proposta. Essa reunião do final de 2014 trouxe à tona a necessidade de estabelecer e aplicar o PRC no ano de 2015. O principal objetivo foi a melhoria qualitativa do processo ensino/aprendizado. A partir dessa constatação se estabeleceu metas para 2015. Ficando desta forma, agendada como pauta para a reunião inicial de 2015, pensar, no redesenho curricular articulando-o com as modificações estruturais no currículo que são necessárias e possíveis e também na montagem das salas temáticas.

A reunião geral de início de ano aconteceu no dia 24 de fevereiro de 2015. Para essa reunião foram convocados o grupo docente, supervisão e orientação, além da equipe diretiva da escola, tendo por objetivo dar as boas vindas aos colegas e revisar a metodologia da escola estruturando o redesenho curricular. Nessa

reunião geral o grupo estudou a proposta do PRC que foi apresentada pela supervisora de acordo com estudos feitos no ano anterior. O redesenho curricular incluiu a organização das disciplinas dentro da área a que pertence. Ou seja, por exemplo, o mesmo professor trabalha de forma articulada na área das humanas que inclui as disciplinas de história, geografia, sociologia e filosofia. As disciplinas são trabalhadas de forma integrada mantendo suas especificidades. Na área das linguagens, o mesmo professor, trabalha com redação, leitura e literatura. As Ciências da Natureza no Ensino Médio mantiveram as disciplinas de biologia, química e física, cada uma com um professor, mas trabalhando os conhecimentos de forma integrada. No curso Normal as Ciências da Natureza integraram os conhecimentos com apenas um professor. A maioria do grupo percebeu que as modificações podem efetivamente melhorar a qualidade do processo ensino/aprendizagem, conseqüentemente os recursos e resultados avaliativos. Foi orientado que a próxima reunião seria por área de conhecimento objetivando o trabalho integrado. Dessa reunião saliento como ponto positivo a percepção pelo corpo docente, de que as modificações podem efetivamente melhorar a qualidade do processo ensino/aprendizagem, conseqüentemente melhorando os recursos e resultados avaliativos. O fato de um mesmo professor trabalhar de forma articulada na área, inicialmente, provocou insegurança em alguns colegas, principalmente maior resistência naqueles que são novos na rede do ensino público. Terminamos a reunião elaborando um cronograma de encontros semanais para dar continuidade ao planejamento coletivo por áreas de conhecimento. Esses planejamentos são fundamentais para a qualidade da educação. Luckesi (2000, s.p) salienta:

Assim, para qualificar a aprendizagem de nossos educandos, importa, de um lado, ter clara a teoria que utilizamos como suporte de nossa prática pedagógica, e, de outro, o planejamento de ensino, que estabelecemos como guia para nossa prática de ensinar no decorrer das unidades de ensino do ano letivo. Sem uma clara e consistente teoria pedagógica e sem um satisfatório planejamento de ensino, com sua conseqüente execução, os atos avaliativos serão praticados aleatoriamente, de forma mais arbitrária do que o são em sua própria constituição. Serão praticados sem vínculos com a realidade educativa dos educandos. (LUCKESI, 2000, s.p)

As reuniões seguintes ocorreram com os alunos e posteriormente com os pais. Outros segmentos da comunidade escolar essenciais no processo educativo. O início do ano letivo ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2015 com a recepção dos alunos pela comunidade escolar além de recepcioná-los apresentamos a equipe,

socializamos as regras de convivência e funcionamento da escola bem como ressaltamos o sistema das aulas por áreas e o desenvolvimento do processo avaliativo. Em um primeiro momento conversamos com os alunos de forma esclarecedora e dialógica, no segundo momento conversamos com os diferentes segmentos (1ºs anos separados dos 2ºs anos e 2ºs separados dos 3ºs) acompanhados por direção ou supervisão ou orientação sobre as modificações ocorridas no currículo. Apresentamos os diferentes espaços para os alunos dos 1ºs anos e deixamos claro que existirão outros momentos de diálogo coletivo. Essa reunião com os alunos teve como objetivo central apresentar a escola e seus segmentos aos alunos novos, socializar as normas de convivência e esclarecer as modificações ocorridas no redesenho curricular. É fundamental estabelecer um diálogo com o corpo discente para que possam sentir-se acolhidos, ouvidos e pertencentes ao espaço escolar.

Em 18 de março a equipe diretiva juntamente com a supervisão e orientação convocou o segmento de pais para reunião. A maior parte dos pais que compareceram foram de alunos dos primeiros anos. Socializamos todas as regras e metas da escola, como projetos, normas e procedimentos (dinâmica das aulas, proposta curricular e processo avaliativo). A reunião ocorreu no pavilhão da escola onde a diretora apresentou a equipe diretiva, supervisão e orientação e junto com a supervisora geral explicou sobre o regimento escolar, os planos de estudo e programas de trabalho. Os pais foram chamados à escola para que pudessem conhecê-la e para que fossem orientados em relação às regras e normas de convivência, e também para que conhecessem as ações planejadas pela escola. Além disso, é imprescindível a parceria das famílias no processo educativo. Foi esclarecido aos pais sobre as modificações no redesenho e conseqüentemente explicado o processo avaliativo. Infelizmente poucos pais compareceram, a maioria presente foi do primeiro ano do Ensino Médio e Ensino Normal. Para Luckesi (2000):

A avaliação da aprendizagem escolar se faz presente na vida de todos nós que, de alguma forma, estamos comprometidos com atos e práticas educativas. Pais, educadores, educandos, gestores das atividades educativas públicas e particulares, administradores da educação, todos, estamos comprometidos com esse fenômeno que cada vez mais ocupa espaço em nossas preocupações educativas. (LUCKESI, 2000 s.p)

De acordo com o cronograma combinado, a próxima reunião ocorreu em 24 de março com o objetivo de dar continuidade ao PRC. Esta reunião serviu para

os professores se reunirem nas áreas revisando o currículo e a metodologia, elencando aspectos relacionados ao planejamento coletivo da área. A organização do currículo ocorreu de acordo com a matriz do ENEM e trabalharam com as questões envolvendo os recursos avaliativos. Como aspecto positivo, podemos salientar a autonomia dos professores para organizarem o currículo, possibilitando o planejamento coletivo. Foi necessário ajudarmos alguns professores que ainda tem a visão tradicional do ensino, de um currículo fechado, a trabalharem numa nova proposta, ou seja, ainda persiste a resistência de alguns às mudanças. Alguns professores recuam quando saem da sua zona de conforto, e os que mais se sentiram acuados foram os professores que há pouco chegaram à escola. Talvez a resistência dos professores tenha acontecido por não estarem presentes nas etapas anteriores de discussão. Segundo Saul (2008, p.23) “[...] a democratização da escola é uma conquista exigente que requer decisão política e um “que fazer” cotidiano, que se dá numa arena de conflitos onde convivem possibilidades e resistências.” Os professores precisam de espaço e tempo destinado a reuniões e formações. Em relação a isso Saul (2008, p. 23) defende que “Os estudos sobre a introdução de inovações educacionais na perspectiva democrática têm demonstrado a relevância e a urgência de se dar atenção à formação do educador, como um dos caminhos necessários.”.

Como é na sala de aula que o aluno passa a maior parte do seu tempo de escolarização os espaços foram organizados com materiais diversificados e equipamentos adequados. Essa montagem e reorganização dos espaços, incluindo as salas temáticas, ocorreram no mês de abril. O professor teve a oportunidade de dar à sala um aspecto diferenciado, tornando – a mais aconchegante e colocando livros e materiais que tenham a ver com sua área. Os espaços temáticos têm por objetivo proporcionar aos alunos um ambiente diferenciado, adequado ao processo ensino/aprendizagem. Além disso, promove uma melhor e maior integração na área de conhecimento e um sentimento de pertencimento ao estudante. Esse ambiente acaba se tornando um espaço de aprendizagem mais estimulante e prazeroso, além disso, serve como um estímulo para aguçar a curiosidade e o interesse pela busca do conhecimento. O maior obstáculo é a falta de recursos para equipar as salas como gostaríamos que fossem. Como meta, continuamos aprimorando os espaços de forma adequada.

A partir do dia 09 de abril as reuniões aconteceram uma vez por semana intercalando momentos de reunião geral e outros momentos por área, sempre com a presença da equipe diretiva, supervisão, orientação e corpo docente.

Em 09 de abril nos reunimos para retomar os planejamentos, avaliando o que havia sido feito e refletindo sobre os resultados obtidos até o momento. Ocorreram as reuniões em grupos por área onde os professores continuaram trabalhando com as questões envolvendo o planejamento coletivo e possíveis formas/recursos avaliativos. Assim como troca de experiências vivenciadas em sala de aula sobre o planejamento executado até o momento. Estabelecemos que nas próximas reuniões, trabalharíamos com a execução e avaliação da produtividade da forma de trabalho bem como do processo avaliativo e também começaríamos com a revisão e reescrita do Projeto Político Pedagógico. Nesse encontro das áreas ocorreu a constatação da melhoria no processo ensino/aprendizado. Levantou-se também sobre o benefício do planejamento coletivo dos recursos avaliativos. A avaliação é um processo contínuo que deve ser realizado diariamente pelo professor. Segundo Saul (2008, p.20) “[...] pensar e fazer avaliação exige decisão sobre procedimentos que, incidindo sobre o processo ensino/aprendizagem, adquirem significado quando conseguem corrigir e melhorar a prática educativa”. E esse é o grande objetivo da reformulação curricular, metodológica e avaliativa da escola, melhorar a prática educativa qualificando-a. Nessa reunião ainda surgiu à dificuldade de alguns professores em relação ao trabalho de área, principalmente nas áreas das humanas e linguagens onde o grupo docente é muito grande e onde ocorreram as maiores mudanças.

Durante o mês de abril continuamos organizando as salas ambientes e os espaços para trabalhar nas diferentes áreas do conhecimento objetivando uma melhor e maior integração na área de conhecimento e um sentimento de pertencimento ao estudante. A organização foi feita pelos próprios professores de área com auxílio da equipe diretiva que montaram as salas ambientes (sala das humanas, sala anexa ao laboratório de ciências da natureza, sala das didáticas), reorganizaram os espaços existentes (laboratório das Ciências da Natureza, biblioteca, laboratório de Matemática).

A reunião do dia 13 de abril foi convocada pela supervisora geral com a presença do corpo docente, equipe diretiva, supervisoras e orientadoras. O objetivo da reunião foi a retomada do Projeto Político Pedagógico – PPP - e apresentação do

processo de reelaboração do mesmo já iniciado. A escola recebeu vários colegas nomeados e contratados nos últimos anos que não haviam participado do processo de reestruturação do PPP até o presente momento. Foi projetado, através de slides, o que já foi realizado e apresentado à proposta de trabalho para as próximas reuniões. A Supervisora Geral salientou as modificações concluídas do PPP até 2013 e apresentou o redesenho curricular discutindo os aspectos positivos e negativos da sua execução em sala de sala, tanto no processo relação ensino/aprendizagem, aluno/professor, como no processo avaliativo. Além disso, salientou as necessidades de adequações do regimento referência com a proposta do Ensino Médio Inovador. Após as apresentações e discussões ficou combinado que as próximas reuniões pedagógicas semanais previstas seriam para dar continuidade aos estudos referentes ao PPP em função da necessidade de fazer adequações do regimento referência com a proposta do Ensino Médio Inovador, discutir e reescrever o PPP no que se referem a grêmio estudantil, princípios da linha de ação pedagógica, evasão e avaliação. No levantamento dos aspectos positivos e negativos percebidos sobre o redesenho alguns pontos positivos foram: a percepção dos professores em relação ao aumento de interesse do aluno no processo ensino/aprendizado quando em ambiente diferenciado, a identificação das relações entre os componentes curriculares e a possibilidade de planejamento coletivo com tempos para as reuniões. O maior descontentamento entre o grupo de professores foi o tempo de aula que hoje, na maioria, ocorre em três períodos consecutivos, contando cada período de 50 minutos, o tempo de aula fica de aproximadamente 2 horas. Sabe-se que com este tempo a aprendizagem só se efetiva se houverem atividades dinâmicas que incluam envolvimento dos alunos e articulações entre teoria e prática.

No dia 22 de abril a reunião foi ministrada pela vice-diretora do aproveitamento de estudos e abordou o Grêmio Estudantil, tendo como objetivo central a apresentação da proposta para montar o Grêmio Estudantil na escola que está no regimento, mas que não existe há algum tempo. Em 29 de abril a discussão que moveu a reunião foram os fatores que envolvem o alto índice de evasão que ocorre principalmente no segundo trimestre do ano. Atribuímos esse fato a situação financeira, empregos remunerados, etc.

O processo avaliativo presente no atual PPP³ foi analisado na reunião do dia 06 de maio. Na ocasião foi mostrado ao grupo através de slides o que o PPP aborda sobre avaliação. Nada foi alterado neste momento, somente discutimos os itens apresentados. O que a supervisão modificou, também por indicação dos professores foi a ficha avaliativa com os indicadores de desempenho. Foram dadas, aos conselheiros de turma e aos professores, novas fichas para serem preenchidas com os alunos que posteriormente levam ao conselho de classe participativo. Sabe-se a importância do ato de avaliar coletivamente, sendo assim a auto-avaliação constitui-se um importante recurso no processo educativo. Possibilita o reconhecimento de si mesmo, de suas atitudes e a reflexão dos aspectos positivos e negativos do processo de aprendizagem.

Saul expressa em seus textos a relação e coerência fundamental entre instrumentos avaliativos e planejamento. Em suas palavras:

A avaliação, na escola, particularmente na sala de aula, incide sobre práticas educativas e, conseqüentemente, as decisões que precisam ser tomadas sobre métodos, procedimentos e instrumentos de avaliação somente fazem sentido se forem coerentes com essas práticas. (SAUL, 2008, p.19).

Na perspectiva dessa coerência realizou-se a Mostra de Trabalhos das turmas de segundo e terceiro ano do Curso Normal da área das Ciências da Natureza. Essa mostra ocorreu no turno da manhã do dia 13 de maio, esses trabalhos são sobre os conhecimentos desenvolvidos ao longo do 1º trimestre. O objetivo do trabalho foi mostrar a articulação entre os diferentes conhecimentos da área das Ciências da Natureza relacionando a teoria com a prática, além de ter servido para socializar o conhecimento, articulando teoria e prática, verificando e avaliando o processo ensino/aprendizagem na área de conhecimento. Esse projeto⁴ foi desenvolvido ao longo do trimestre e teve sua estruturação inicial com pesquisa sobre assuntos que envolvem química, física e biologia. Todo o processo foi avaliado, desde sua execução, apresentações em sala de sala bem como a mostra, que promoveu a interação entre as turmas da escola.

Para uma avaliação precisa é necessário observar, propor pesquisas, replanejar, realizar anotações, propor ao educando condições de expor suas ideias, racionar e articular os conhecimentos. A Mostra realizada culminou com a exposição

³ Anexo A.

⁴ Anexo C.

dos trabalhos objetivando troca de saberes, construção do conhecimento e qualidade nos resultados de aprendizagem. Segundo Luckesi (1998):

[...] propomos que a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando. (LUCKESI, 1998, p.77)

A verificação da aprendizagem na Mostra⁵ ficou evidente, os professores envolvidos no projeto destacaram que os alunos tiveram um excelente desempenho, demonstrando articulação e conhecimento sobre os conteúdos abordados, além disso, mostraram-se envolvidos, empenhados e empolgados com o trabalho realizado por eles. Os objetivos propostos foram, segundo os docentes, plenamente atingidos e às expectativas em relação ao processo de aprendizagem confirmadas.

Nos dias 13, 27 de maio e 03 de junho ocorreram reuniões de pré-conselho. Nos dias 08 e 09 de junho ocorreram os conselhos de classe participativos. Nessas reuniões foram utilizadas as novas fichas preenchidas pelos conselheiros sobre aspectos avaliativos. Pouco se discutiu a respeito da eficiência deste novo modelo.

Em 10 de junho as turmas de primeiro ano do curso normal visitaram o Museu de História da Medicina do RS⁶ com a exposição “Os Segredos da Anatomia Humana”. Essa visita contemplou uma atividade que envolve as áreas de Ciências da Natureza, Humanas, disciplinas de Didática Geral, Didática da Arte, Ensino Religioso e Linguagens. Além de trabalhar os conhecimentos de forma interdisciplinar e vivenciar outros espaços fora do ambiente escolar, os alunos usarão os conhecimentos para realizar atividades e expor essas para a comunidade escolar durante o segundo trimestre. Todas as etapas estão sendo avaliadas. Pudemos perceber o interesse e articulação do que estavam vendo e ouvindo no museu com os conhecimentos prévios obtidos em sala de aula.

No dia 01 de julho ocorreu a reunião de área para avaliação dos procedimentos adotados até o final do primeiro trimestre e início do planejamento do segundo trimestre. Nesta reunião pudemos avaliar o bom aprendizado dos alunos quando usamos os espaços alternativos, quando articulamos teoria e prática e perceber que a maior dificuldade esta em nós educadores de conseguirmos trabalhar de forma articulada.

⁵ Anexo D.

⁶ Anexo E.

A formação de julho, antes do recesso, ocorreu nos dias 20 e 21, nesta reunião retomamos a parte histórica do PPP e tivemos a notícia da necessidade de alterar o regimento em função do ensino médio politécnico que não mais existirá a partir do ano de 2016.

Esse talvez seja um dos maiores entraves na educação. Cada governo que assume, muda a estrutura proposta pelo governo anterior e a educação precisa sofrer seguidamente mudanças bruscas no seu processo educativo. Luckesi (1998, p.80) aponta que “o sistema social não demonstra estar tão interessado em que o educando aprenda a partir do momento que investe pouco em Educação. [...] tanto do ponto de vista financeiro quanto do pedagógico, na efetiva aprendizagem do educando.” O sistema proposto pelo governo anterior trouxe uma expressão da avaliação em termos conceituais totalmente diferentes e agora com o fim do politécnico tomará um novo conceito. Isso, em tão pouco tempo, acaba confundindo a comunidade escolar.

O processo avaliativo é bastante complexo e precisa ser pensado de forma coerente com os objetivos propostos por cada instituição escolar. Estabelecer um redesenho curricular que provoque modificações, pressupõe muito estudo e reflexões de todos os envolvidos. Reflexões estas que devem acontecer diariamente, avaliando e promovendo adequações em busca de uma verdadeira aprendizagem. É imprescindível relacionar diretamente e com coerência entre o currículo, a metodologia e a avaliação. Avaliar precisa ir muito além de expressão numérica ou conceitual. O ato de avaliar precisa ser reflexo do processo de construção do conhecimento, e não simplesmente aprovar ou reprovar. A avaliação deve promover modificações no discente como aprendiz do conhecimento escolar e como cidadão de direitos para encarar a vida dentro e fora do espaço escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este TCC apresento neste capítulo algumas reflexões sobre o Projeto de Intervenção – PI – realizado durante esse tempo na escola Vanessa Stabile, bem como sinalizo para questões futuras, que ainda necessitam aprofundamento no interior da escola.

Esse PI proporcionou uma reflexão a respeito do papel do educador e sua responsabilidade com a educação. Não é fácil enquanto gestor trazer a comunidade escolar para dentro da escola a fim de tomar decisões no âmbito do coletivo. Atuar como gestora escolar e participar dos encontros do curso me fizeram constatar o quanto é imprescindível a realização de reuniões pedagógicas semanais. A educação só se dá no coletivo, na troca de experiências, no fazer junto. O mais difícil durante esse processo de reuniões e discussões coletivas foi e está sendo a aceitação pelo grupo discente do redesenho curricular com a formatação que está sendo proposta como base curricular hoje. Talvez tenhamos que pensar numa nova forma mantendo a articulação dos conhecimentos e a proposta básica de integração e interdisciplinaridade, porém adequando a composição e distribuição da carga horária e períodos semanais.

Essas reuniões de equipe promoveram o levantamento de pontos referentes às modificações exigidas pelo PROEMI, discussões sobre o redesenho curricular, planejamento do currículo pelos referenciais do ENEM, bem como estruturação do processo avaliativo; estudo e reelaboração de tópicos referentes ao PPP e avaliação da execução do planejamento e avaliação por área de conhecimento. Identificamos a necessidade de organizar os tempos e espaços. Uma das consequências dessas reflexões foram as alterações na distribuição dos períodos de cada área e organização das salas temáticas, que alcançaram seu objetivo que era uma melhor e maior integração na área de conhecimento e um sentimento de pertencimento ao estudante. A exposição realizada ao final do trimestre na área das Ciências da Natureza do Curso Normal permitiu a integração entre a teoria e a prática e podemos verificar a inter-relação no processo ensino/aprendizagem e processo avaliativo.

Vários pontos precisam ser refletidos, avaliados e retomados, acredito estarmos no caminho de uma melhoria na qualidade educacional da nossa escola. Avançamos em relação aos planejamentos coletivos e principalmente nas

execuções dos mesmos. Durante este período tivemos alguns entraves como a situação financeira do Estado do RS que gerou uma greve, impedindo alguns encontros. Porém continuamos aprimorando os espaços disponíveis através da oportunidade e autonomia dada ao grupo discente para executar as modificações necessárias e viáveis. O maior entrave que encontramos na Educação, além da falta de recursos, são as modificações feitas a cada governo que entra. A retirada do Ensino Médio Politécnico trouxe modificações e provavelmente trará novas adequações para o ano de 2016. Essas modificações não só afetam toda a comunidade escolar como, principalmente, o processo educativo que busca qualidade.

As relações estabelecidas entre currículo, metodologia e processo avaliativo em relação ao PRC, segundo o corpo docente, tem surtido efeito enquanto processo ensino/aprendizagem. Aprende quem educa e aprende quem aprende quando as relações são efetivas, coerentes e promovem sentido. É preciso troca entre os diferentes saberes, interação entre processo teórico e prático, sentimentos de pertencimento dos sujeitos que fazem parte do processo. Educar vai além de ensinar, é preciso jeito, é preciso sentimento, é preciso gostar e querer, é preciso ensinar a aprender, ensinar e não desistir até que todos aprendam, devemos investir na construção dos saberes. É preciso lutar pela qualidade e apaixonar-se diariamente!

O Curso Escola de Gestores proporcionou, entre várias aprendizagens, a percepção da necessidade de interação na tomada das decisões pelo coletivo da escola para que a gestão democrática se efetive. Falar em gestão democrática pressupõe agir coletivamente na elaboração, tomada de decisões e execução das mesmas. A partir dessa reflexão, enquanto gestora, as reuniões semanais para discussões e análise das necessidades da escola proporcionaram uma integração e participação coletiva no planejamento e execução das modificações adequadas, pertinentes e necessárias.

Esse tipo de curso além de proporcionar a troca de experiências vivenciais dentro dos espaços escolares pelos gestores que o frequentam, me fez aprimorar os conhecimentos, qualificar meu aprendizado e promoveu a reflexão com embasamento teórico para que na prática eu pudesse vivenciar a busca pela melhoria da qualidade na educação pública a que pertenço. Melhoria essa que é a luta diária de todos àqueles que vivenciam de perto os processos educativos, que

trabalham com a construção do conhecimento e que são apaixonados pelo o que fazem: EDUCAR.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Programa Ensino Médio Inovador. Documentos orientadores. 2013/2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ensino-medio-inovador>>. Acesso em: 27.Jan.2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Redesenho Curricular. Documento orientador. Disponível em: <<http://pdeinterativo.mec.gov.br>>. Acesso em: 27.Jan.2015.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n 120, p. 715-726, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf> >. Acesso em: 26. jul.2015

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GANDIN, Luís Armando. **Projeto político-pedagógico: Construção Coletiva do Rumo da Escola**. Disponível em: http://aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/etch/44840259/6_Gandin.pdf Acesso em: 22.Jul.2015

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação: uma perspectiva emancipatória. **Química Nova na Escola**, v.12, p. 34 – 38, São Paulo, novembro/ 2000. Disponível em: <http://qnesc.sbgq.org.br/online/qnesc12/v12a07.pdf>> Acesso em: 24.Jul.2015

LUCKESI, Cipriano Carlos. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola. **Série Ideias**, n. 8, p. 71-80, 1998. Disponível em: <http://www2.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_dir/download/avaliacao1.pdf > Acesso em: 26.Jul.2015

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**. Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT25082013212750.pdf>> Acesso em: 23.Jul.2015.

MARTINO, Mariluci Alves. **Desafios para a gestão escolar com o uso de novas tecnologias**. São Paulo, PUC-SP, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência a regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAUL, Ana Maria. Referenciais Freireanos para a prática da avaliação. **Revista de Educação PUC** – Campinas, n. 25, p. 17-24, novembro. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/90/79>> Acesso em: 22. Jul.2015

SAUL, Ana Maria. A avaliação educacional. **Série Ideias**, n.22. São Paulo: p.61-68, 1994. Disponível em:<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p061-068_c.pdf> Acesso em: 23.Jul.2015

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate – Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.7, n 12 p 159-166, jan/jun 2013.

ANEXOS

ANEXO A

Parte do Projeto Político Pedagógico – PPP - da Escola Vanessa Stabile

11. METODOLOGIA DE ENSINO

A concepção de escola e ensino deve levar em conta a prática social e a teoria, que devem contribuir para uma ação transformadora da realidade.

Para tanto a metodologia deve considerar:

- A Interdisciplinaridade.
- A Pesquisa pedagogicamente estruturada e praticada através de Projeto Vivencial
- O Trabalho como Princípio Educativo.
- Prática Pedagógica – As práticas serão desenvolvidas a partir das didáticas específicas, organizadas no componente curricular Seminário Integrado.
- Elaboração de Projetos.
- Inclusão Educacional- A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional, consideração das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem por meio da cooperação. A Educação Especial integra à Proposta Pedagógica da escola, objetiva promover o acesso, a acessibilidade, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.
- Resolução de Problemas Contextualizados.
(Vide Regimento da Escola)

12. AVALIAÇÃO

Avaliação Emancipatória se caracteriza como processo contínuo, participativo. Diagnóstico e investigativo, ligado à concepção de conhecimento e currículo, sempre provisório, histórico, singular na medida em que propicia o tempo adequado para cada um e o coletivo.

A finalidade da Avaliação Emancipatória é diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizar e redefinir rumos a serem percorridos. A Avaliação Emancipatória tem caráter educativo, viabilizando ao estudante apropriar-se do seu processo de aprendizagem e, ao professor e à escola, a análise aprofundada do processo dos alunos, oportunizando replanejamento e reorientação de atividades em outros espaços e tempos.

A avaliação neste sentido tem as funções:

- Diagnóstica
- Formativa
- Contínua e cumulativa

12.1. Avaliação do Aluno (Vide Regimento da Escola)

12.1.1. Conselho Participativo

O Conselho de Classe Participativo é uma reunião sistemática de professores e alunos de uma turma, com a participação da equipe diretiva, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem, individual e coletiva dos alunos, bem como identificar necessidades de superação que deverão nortear as intervenções para o próximo período.

É um espaço de discussão, de permanente construção dos processos de conscientização, democratização, emancipação e de diálogo entre os envolvidos no ato educativo, é instância da gestão democrática.

É o espaço cotidiano, de ação-reflexão-ação, num processo de observação continuada, na busca do autoconhecimento, num permanente processo de criação e recriação de si mesmo.

Ficha de Avaliação: Indicadores de Desempenho do Aluno

Perfil de desempenho do Aluno e da sua Turma com objetivo de criar uma dinâmica mais efetiva na recuperação de avaliações e de outras providências durante o ano letivo.

ESCOLA ESTADUAL VANESSA STABILE

Serviço de Supervisão Escolar - 2012

Avaliação: indicadores de desempenho

1. Leitura compreensiva.
2. Expressão escrita.
3. Expressão oral.

4. Compreensão, atenção, concentração.
5. Autonomia.
6. Compreensão dos conceitos matemáticos.

7. Compromisso:
 - a) interesse
 - b) participação
 - c) pontualidade
 - d) freqüência
 - e) realização de tarefas
 - f) material
8. Relacional:
 - (A) respeito aos colegas e funcionários
 - b) respeito à autoridade do professor
 - c) boas maneiras

12.1.3. Expressão dos Resultados na Construção da Aprendizagem do Aluno

A Expressão dos resultados na Construção da Aprendizagem do aluno, decorrente de análise em Conselho de Classe, ocorre no final de cada trimestre, indicando o desenvolvimento da construção da aprendizagem do aluno.

A expressão dos resultados da avaliação do aluno informa sobre o desenvolvimento de sua aprendizagem, que se dá de forma contínua e sistemática, através de *conceitos* conforme o estabelecido no Regimento da Escola.

Com a síntese desta construção, após o planejamento, a execução e a avaliação do trabalho dos Componentes Curriculares, do Projeto Vivencial, dos Seminários Integrados chegamos à formulação da expressão dos resultados parciais (trimestral), na definição da promoção ou reprovação do aluno, no final do ano letivo registrar-se-à:

* Construção Satisfatória da Aprendizagem (CSA)

* Construção Parcial da Aprendizagem (CPA)

* Construção restrita da aprendizagem (CRA). Quando for a expressão do resultado final do aluno, deve ser considerada a Avaliação entre períodos letivos em, no máximo, (02) dois componentes curriculares.

(Vide Regimento da Escola).

12.1.4. Estudos de Recuperação

A escola deve oferecer atendimento paralelo ao processo de aprendizagem desenvolvido pelo próprio professor. Permanecendo a necessidade dos estudos de recuperação, a escola deve oferecer outro espaço, outro momento e outro professor responsável pela atividade. Os estudos devem estar vinculados com as superações necessárias, mediante sequência de ações relacionadas no replanejamento e aprofundamento dos estudos.

12.1.5. Progressão Parcial – A Escola adota a Progressão Parcial, que oportuniza a promoção do aluno, que não tenha alcançado a construção de sua aprendizagem em no máximo uma (01) Área de Conhecimento e em até (02) dois Componentes Curriculares (Vide Regimento da Escola).

12.1.6 Classificação do Aluno. (Vide Regimento da Escola)

13. Avaliação do Professor. (Vide Regimento da Escola)

14. Avaliação da Escola. (Vide Regimento da Escola)

14.1 Avaliações da Escola

A Escola realizará, anualmente, o seu diagnóstico e a avaliação de todas as dimensões e indicadores elencados no sistema de Avaliação Institucional, com objetivo se necessário de readequação dos planos de gestão, dos docentes e demais profissionais de apoio pedagógico. A avaliação envolverá os segmentos da comunidade escolar, professores, pais, funcionários e alunos.

15. Controle de Frequência

(Vide Regimento da Escola)

16. Atividades complementares de Infrequência

(Vide Regimento da Escola)

17. Apoio Pedagógico

17.1. Biblioteca

A biblioteca escolar tem por finalidade contribuir ativamente com a aprendizagem e à educação, trabalhando de forma integrada com os professores e os alunos, disponibilizando o material necessário para o enriquecimento do currículo escolar.

Agrega também como finalidade difundir a informação como cultura e oportunizar o acesso a todas as formas de registro e meios de divulgação do conhecimento: livros, documentos, jornais, revistas, videoteca, dentre outros, com vista à pesquisa, produção textual crítica e ao prazer da leitura, de forma dinâmica, criativa, viva e envolvente.

17.2. Laboratório de Ciências da Natureza

São espaços que promovem atividades práticas estimuladoras do desenvolvimento da criatividade, da curiosidade de refletir criticamente, despertando no aluno o interesse em conhecer ciência e em aprendê-la através da vivência de situações.

As atividades no laboratório devem incentivar o aluno a conhecer, entender e aprender a aplicar a teoria na prática, dominando as ferramentas e as técnicas utilizadas em pesquisa científica: aprender a observar cientificamente, interpretar e analisar experimentos, através da objetividade, precisão, confiança, perseverança, satisfação e responsabilidade.

17.3. Laboratórios de Informática

São espaços nos quais a tecnologia é utilizada como instrumento de apoio às áreas de conhecimento e seus componentes curriculares, bem como a preparação dos alunos para a sociedade informatizada.

Tem por objetivo que o aluno aprenda as tecnologias como ferramentas que o apoiem no processo de reflexão e de construção do conhecimento, como estratégia cognitiva de aprendizagem.

17.4. Laboratório Específico

São espaços específicos de aprendizagem, teoria e prática, experimentos, desenvolvimento de projetos e contextualização, sendo organizados e equipados conforme a habilitação técnica.

17.5. Sala de Recursos (em construção)

ANEXO B**ESCOLA ESTADUAL VANESSA STABILE**
SSE – Serviço de Supervisão Escolar
PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - PROEMI
Projeto de Redesenho Curricular

Condições básicas para implantação do Projeto de Redesenho Curricular (PRC):

1. Carga horária mínima de 3.000 (três mil horas), entendendo-se 2.400 horas obrigatórias, acrescidas de 600 horas a serem implantadas de forma gradativa.
2. Foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que são orientadoras das avaliações do ENEM.
3. Ações que articulem os conhecimentos à vida dos estudantes, seus contextos e realidades, a fim de atender suas necessidades e expectativas, considerando as especificidades daqueles que são trabalhadores, tanto urbanos como do campo, de comunidades quilombolas, indígenas, dentre outras.
4. Foco na leitura e letramento como elementos de interpretação e de ampliação da visão de mundo, basilar para todas as áreas do conhecimento.
5. Atividades teórico-práticas que fundamentem os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizando laboratórios das ciências da natureza, das ciências humanas, das linguagens, de matemática e outros espaços que potencializem aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento.
6. Atividades em Línguas Estrangeiras/Adicionais, desenvolvidas em ambientes que utilizem recursos e tecnologias que contribuam para a aprendizagem dos estudantes.
7. Fomento às atividades de produção artística que promovam a ampliação do universo cultural dos estudantes.
8. Fomento as atividades esportivas e corporais que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes.
9. Fomento às atividades que envolvam comunicação, cultura digital e uso de mídias e tecnologias, em todas as áreas do conhecimento.

10. Oferta de ações que poderão estar estruturadas em práticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento.
11. Estímulo à atividade docente em dedicação integral à escola, com tempo efetivo para atividades de planejamento pedagógico, individuais e coletivas.
12. Consonância com as ações do Projeto Político-Pedagógico implementado com participação efetiva da Comunidade Escolar.
13. Participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
14. Todas as mudanças curriculares deverão atender às normas e aos prazos definidos pelos Conselhos Estaduais para que as alterações sejam realizadas.

<http://pdeinterativo.mec.gov.br/>

ANEXO C

Atividade 1º trimestre Ciências da Natureza

Turmas envolvidas: 21, 22, 31

Objetivos:

- Buscar informações em diferentes fontes de forma a verificar e comprovar hipóteses feitas sobre o assunto;
- Identificar semelhanças e diferenças entre os conteúdos do 3º até o 5º ano do fundamental;
- Refletir sobre as suas ações diárias em relação a sua saúde, o que engloba cuidado e preservação com o meio ambiente e com a higiene;
- Valorizar o momento de sala de aula para o aprendizado.
- Incentivar aos bons hábitos alimentares
- Identificar os conteúdos com os aprendidos em química, física e biologia;
- Elaborar uma aula cuja duração é no mínimo de 40 min
- Elaborar uma dinâmica de apresentação para uma mostra de ciências
- Incentivar o hábito de leitura

Etapas

Individualmente colocar no caderno os conteúdos do 3º ao 5º ano (pesquisa através dos livros didáticos)

No quadro colocar os conteúdos abordados

Comparar os conteúdos

Destaque: universo

Formação de grupos (máximo 4 alunos)

Escolha de um tema

Pesquisa sobre o tema escolhido envolvendo química, física e biologia

Preparação para a aula cuja duração deve ser no mínimo de 40 min

Apresentação e entrega do trabalho teórico nas normas da ABNT

Preparação para mostra

Itens avaliados:

Tempo de duração da aula

Conteúdos trabalhados

Métodos de apresentação

Trabalho teórico

Criatividade

Conteúdos abordados

o planeta por cima e por fora

petróleo

terremoto

desmatamento

banhado

- # erosão
- # nutrição
- # doenças contagiosas – catapora, conjuntivite, hepatite a, tuberculose, gripe suína
- # nutrientes da cenoura – plantio
- # chuva ácida
- # ph do solo e da água
- # diferentes tipos de água
- # tratamento da água
- # queijo e seus nutrientes
- # diferença de forno microondas e forno convencional
- # detergentes biodegradáveis
- # dieta equilibrada
- # pirâmide alimentar
- # reação química da fermentação
- # diferença entre fermento biológico e químico
- # doenças transmissíveis
- # plantas medicinais
- # sistema solar

Mostra dos trabalhos produzidos com explicação sobre temas: 13/05

Tabela Avaliativa de cada grupo para a Mostra:

alunas	identificação	Apres. oral	organização	criatividade	limpeza	Observação
Marcia						
Angekita						

alunas	identificação	Apres. oral	organização	criatividade	limpeza	observação
Ana						
Kimberly						
Carolina						

alunas	identificação	Apres. oral	organização	criatividade	limpeza	observação
Késsia						
Nathalia						
Thereza						
Rafaela						

alunas	identificação	Apres. oral	organização	criatividade	limpeza	observação
Amanda						
Gabriela soares						
Joseane						
Suelen						

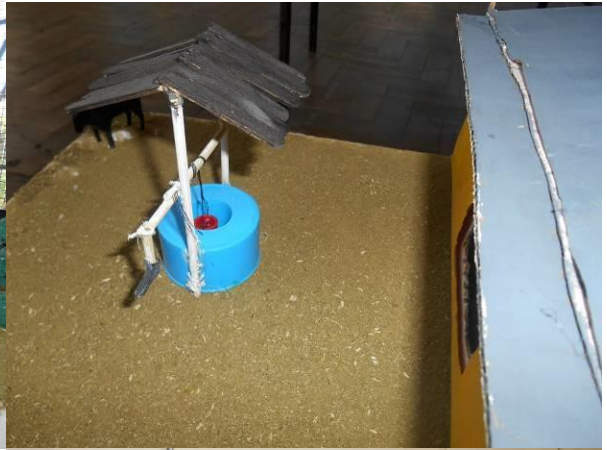
alunas	identificação	Apres. oral	organização	criatividade	limpeza	observação
Gabriela C						
Yanca						
Thuanny						

alunas	identificação	Apres. oral	organização	criatividade	limpeza	observação
Vitória						
Taismyn						

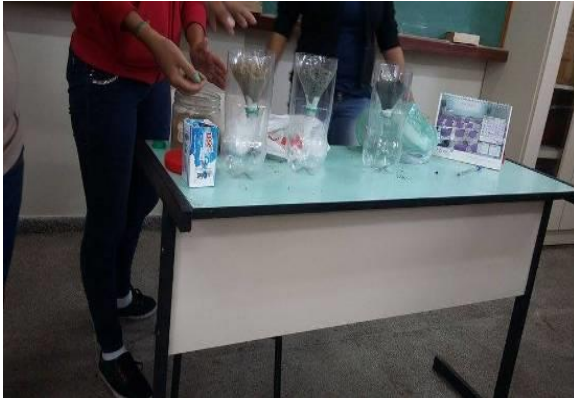
ANEXO D

FOTOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS EM SALA DE AULA E NA MOSTRA:











ANEXO E

FOTOS DA IDA AO MUSEU







